

GÊNERO, RELIGIÃO E POLÍTICA: AS EVANGÉLICAS NAS DISPUTAS ELEITORAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*

Maria das Dores Campos Machado

Fabiana Melo de Figueiredo¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo. Trata-se de uma análise da participação das mulheres evangélicas nas eleições de 2000 na cidade do Rio de Janeiro. Capital de um estado onde o Governador e a vice-governadora têm identidade evangélica, Rio de Janeiro tem sido um laboratório para os estudos das novas tendências e alianças entre os grupos religiosos e facções. Com vinte e três candidaturas femininas à Câmara dos Vereadores e uma representante na disputa pela Prefeitura Municipal, os evangélicos parecem também afinados com a preocupação de estimular a presença das mulheres no jogo da política. E mais, quando comparamos a participação feminina na disputa da vereança percebemos que, enquanto no conjunto geral as mulheres representavam 22,9% das candidaturas, entre os evangélicos, o índice das candidaturas femininas foi de 25%. Esses índices sugerem que não existem diferenças significativas entre os evangélicos e a sociedade inclusiva no que se refere participação das mulheres no debate e nas disputas políticas. Quem são, o que propõem para a sociedade e o significado de suas candidaturas para a população feminina carioca são algumas das questões trabalhadas nesse artigo.

Abstract. This paper presents an analysis of the participation of evangelical women in the elections that occurred in the city of Rio de Janeiro in the year of 2000. Capital of a state where both the governor and vice-governor are evangelicals, Rio de Janeiro can be deemed as a rich laboratory for studies regarding the new trends and alliances among religious groups and political factions. With twenty-three female candidates running for the Municipal House of Representatives and one representative running for mayor, the evangelicals seem to be well aware of the need to stimulate the presence of women in the political arena. On the side of this, as one compares female participation in the elections for a seat in the Municipal House of Representatives, one can verify that, while

women represented 22.9% of the overall candidacies, the rate of female candidacies among evangelicals was of 25%. Such rates suggest that there are not significant differences between the evangelicals and the surrounding society in what is concerned to female participation in the political debate and disputes. Who these women are, what they stand for and the meaning of their candidacies for the female population of Rio de Janeiro are some of the issues addressed in this paper.

“Findo o século XX, mesmo com os grandes avanços obtidos em termos da mudança nas mentalidades e das transformações na vida das mulheres e nas relações de gênero, coloca-se ainda, e com maior visibilidade, a necessidade de empoderamento das mulheres em pelo menos dois sentidos.

Primeiro, o da apropriação, por parte das mulheres, dos rumos e destinos de sua própria vida, o que abre para a formulação/realização de projetos pessoais, demandando a ruptura com as relações de dominação no âmbito do privado e a construção de relações de diálogo e de negociação.

Já o enfrentamento do sexismo e do autoritarismo no âmbito da esfera pública e das institucionalidades exige uma ação coletiva e envolve mulheres e homens empenhados na construção de uma sociedade mais justa. Segundo, o sentido de ocupação de posições de poder, por parte das mulheres, no âmbito do Estado (Legislativo, executivo e Judiciário) e dos poderes da sociedade civil organizada e dos partidos, visando à reestruturação do cenário político, território masculino por excelência, e a transformação social rumo à superação das desigualdades de gênero e a construção da cidadania das mulheres.” (Rodrigues, 2001: 2)

Até os anos noventa, predominava na literatura socio-antropológica sobre o campo religioso brasileiro, a caracterização dos pentecostais como politicamente apáticos e portadores de uma ideologia opressora para as mulheres. No que se refere à primeira característica, ainda na primeira metade daquela década, estudos sobre a participação dos evangélicos na constituinte (Freston, 1994 e Pierucci, 1993) conseguiram detectar a participação conservadora, porém, ativa dos parlamentares desta tradição religiosa e refutar a

hipótese do desinteresse dos pentecostais pela política. A expansão de grupos com projetos políticos explícitos e estratégias ousadas para aumentar a influência da comunidade confessional na esfera pública ajudaria a redirecionar o debate e afastar de vez o estereótipo dos pentecostais como apolíticos.

No que tange a ordem de gênero, pesquisas sobre os efeitos da adesão religiosa nas relações de gênero revelariam as ambigüidades de uma comunidade de crenças que, a um só tempo, ajudaria fortalecer a auto-estima e incrementar o processo de individuação das mulheres em relação aos homens (Machado, 1996), como também, a mantê-las afastadas dos cargos eclesiásticos mais importantes na maioria das igrejas pentecostais (Machado, 2001. a). O crescimento das candidaturas femininas pentecostais nos processos eleitorais em várias regiões do país evidenciaria, ainda mais, a complexidade da relação do pentecostalismo com as mulheres, sugerindo um alinhamento dos líderes religiosos com a preocupação contemporânea de estimular a presença feminina no jogo político. Com o objetivo de aprofundar este debate e compreender as ambigüidades do processo de revisão dos papéis femininos e masculinos nas comunidades pentecostais, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa sobre a participação das mulheres evangélicas nos processos eleitorais majoritário e proporcionais de 2000 na cidade do Rio de Janeiro. O perfil social das postulantes aos poderes executivo e legislativo, o que propõem para a sociedade e o significado de suas candidaturas para a população feminina são algumas das questões a serem trabalhadas a seguir.

A articulação da política com a religião no Rio de Janeiro

Com 21% de sua população declarando-se evangélica, o Rio de Janeiro é hoje a unidade federativa com a maior representação dos membros dessa tradição religiosa nos poderes executivo e legislativo. Além do governador e da vice-governadora que são presbiterianos, o Estado conta atualmente com nove deputados estaduais evangélicos e se destaca no plano nacional com o maior

número de representantes com essa identidade religiosa: dez parlamentares. O exame da distribuição por sexo dos parlamentares indica, entretanto, que a participação feminina na bancada evangélica restringiu-se, tanto no plano estadual quanto federal, a uma única parlamentar: Magaly Machado e Míriam Reid, respectivamente. A primeira, filiada à Igreja Universal do Reino de Deus, encontra-se no exercício de seu segundo mandato como deputada estadual² pelo Partido Liberal (PL). Já a segunda, pertence à Igreja Batista, foi eleita pelo Partido Democrático Trabalhista, mas recentemente migrou para o Partido Socialista Brasileiro juntamente com o grupo do Governador Garotinho³.

Sabemos que a pequena participação das mulheres nesta esfera não se restringe aos grupos religiosos. A lei Eleitoral que estipula o limite mínimo de 30% e máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo e a dificuldade dos partidos em preencher a cota mínima de candidatas na eleição de 1998 sugerem que o problema da sub-representação das mulheres é complexo e fruto, simultaneamente, da hierarquia de gêneros predominante na sociedade e da cultura política brasileira. Contudo, gostaríamos de chamar atenção para a superioridade numérica das mulheres – 69% dos fiéis – na comunidade evangélica do Estado do Rio de Janeiro (Fernandes, 1998, p.85) e para os desdobramentos deste fenômeno nas relações das estruturas eclesiais com a esfera política.

Inicialmente, é bom lembrar que os pentecostais e neopentecostais constituem a maioria dos evangélicos⁴ e que nesses grupos a distribuição por sexo tende a ser mais desigual do que entre os protestantes históricos. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – paradigma do neopentecostalismo – destaca-se com 80% de composição feminina (Fernandes, 1998, p.90) e atualmente é o grupo evangélico com maior força política no Estado. A articulação dessas duas características – a predominância feminina e a crescente capacidade de influência política da IURD – pode ser fruto de uma contingência, mas de qualquer modo merece ser estudada com mais seriedade, pois uma pesquisa realizada recentemente sobre o voto facultativo pelo DATAUFF, além de identificar um aumento de 14,3% entre as mulheres fluminenses que estariam dispostas a votar independentemente da obrigatoriedade, demonstrou que o segmento feminino com maior interesse pelas urnas foi justamente o das mulheres pentecostais⁵. De acordo com os resultados dessa pesquisa, enquanto a proporção de pentecostais que

votariam caso o voto fosse facultativo foi de 49, 5%, os índices para as mulheres sem religião, as católicas, as protestantes históricas e vinculadas às outras religiões foram respectivamente: 45,7%; 42,9%; 42,5% e 42,9%.

Para explicar essa participação diferenciada das pentecostais, os responsáveis pela pesquisa sugeriram a hipótese da influência da liderança religiosa sobre as fiéis com intuito de despertar o interesse pelo voto e, conseqüentemente, alargar a força política dos grupos confessionais. Essa é uma hipótese plausível, considerando que parcela significativa do eleitorado pentecostal e neopentecostal é oriunda dos segmentos mais carentes e de pouca escolaridade da população brasileira e, portanto, mais propensos ao voto clientelista. Nestes setores as variáveis culturais e demográficas podem ser muito mais importantes nas explicações sobre a direção dos votos do que a identificação com uma agremiação partidária ou a sensibilidade para certas temáticas políticas (Castro, 1992, p.15). Assim, fatores como a participação na rede de sociabilidade tecida pelas igrejas e o compartilhamento dos valores religiosos podem afetar os objetivos dos eleitores e favorecer a concentração de votos nos candidatos indicados pela liderança religiosa. No caso específico do Rio de Janeiro, essa tendência foi identificada pela primeira vez no pleito de 1994, quando 94% dos eleitores vinculados à IURD declararam aos pesquisadores do ISER (Fernandes, 1998, p.125) que votaram nas candidaturas indicadas pela igreja.

Restaria verificar se a liderança religiosa e política é sensível aos temas relacionados ao segmento feminino que constitui a base social do movimento pentecostal. Sabemos que uma expressão desta sensibilidade seria o lançamento de candidaturas femininas comprometidas com os direitos das mulheres; outra seria a apresentação, independentemente do sexo dos candidatos, de propostas políticas direcionadas a este setor social. Começamos pela participação das mulheres evangélicas na disputa pelo poder legislativo.

“Mulher cidadã”: o slogan de uma pentecostal

“A participação e a representação das mulheres tende a ser tão mais expressiva quanto mais próxima da comunidade. Assim é que, a vida política nos municípios constitui um espaço privile-

giado para as mulheres exercerem tanto o ‘ativismo cívico’, promovendo os direitos das mulheres e a igualdade entre homens e mulheres, quanto à ‘gestão municipal’, mediante a ocupação de posições de poder junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário” (Rodrigues, 2001.b: 5).

As perspectivas de gênero não conseguiram até o momento uma penetração significativa na ciência política brasileira que responde pela maioria dos estudos sobre comportamento eleitoral e sobre a atuação da elite política. (Heilborn & Sorj, 1999 e Gregori, 1999: 229) Satisfazendo-se com a variável sexo, a maioria dos especialistas desta área parece, ainda, não reconhecer a importância de uma certa concepção de gênero para a compreensão da participação dos indivíduos nos processos eleitorais e nas dinâmicas políticas e partidárias⁶. Nos dois últimos anos, entretanto, cientistas sociais feministas (Araújo, 2001; Grossi, 2001, etc.) interessadas em acompanhar o impacto da política de cotas na criação de uma nova liderança política, começaram a divulgar os resultados de pesquisas interdisciplinares que, com certeza, deverão enriquecer o debate sobre a cultura política brasileira.

No caso da participação política dos pentecostais e neopentecostais, grupos com predominância feminina, acreditamos que uma abordagem que leve em conta a construção dos gêneros na sociedade brasileira e a representação do feminino e masculino nas agremiações religiosas possivelmente ampliará nossa compreensão da escolha eleitoral e do comportamento dos parlamentares no exercício da representação política. Afinal, da mesma forma que a maioria dos votos femininos não são definidos com base no sexo do candidato ou em suas proposições para o universo das mulheres, o comportamento eleitoral e parlamentar daquelas que se lançam à vida política não necessariamente encontra-se alinhado aos movimentos de mulheres ou mesmo sugere sensibilidade com as demandas da população feminina.

Numa perspectiva qualitativa, gravamos os Programas Eleitorais Gratuitos e debates transmitidos pela televisão nos meses de agosto e setembro com o objetivo de identificar as candidatas e verificar suas propostas políticas. Simultaneamente, realizamos *clippings* de jornais, visitas aos templos e escritórios de campanha para recolher material e informações sobre as estratégias políticas

empregadas. Finalmente, realizamos levantamentos sobre os projetos apresentados na Câmara Municipal na atual legislatura pelas vereadoras evangélicas.

Como demonstram as tabelas abaixo, identificamos oitenta e oito evangélicos no total dos novecentos e setenta e cinco candidatos à vereança no pleito de 2000⁷. Seguindo a tendência de distribuição assimétrica entre os sexos, este subconjunto era constituído por sessenta e sete homens e vinte e três mulheres. A participação feminina entre os evangélicos revelou-se proporcionalmente superior (26%) àquela identificada na totalidade dos candidatos (22,5%).

Se observarmos que na cidade do Rio de Janeiro apenas duas agremiações partidárias – PDT e PTN – conseguiram cumprir com a legislação no pleito em questão, distribuindo suas candidaturas femininas e masculinas segundo as indicações de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada sexo, o índice verificado no subuniverso dos evangélicos (26%) pode expressar um esforço da liderança religiosa para se adequar às mudanças sócio culturais em curso na sociedade brasileira, especialmente, à tendência de uma maior circulação das mulheres na esfera pública⁸.

Os registros das candidaturas junto ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE – nos permitem traçar um perfil social das evangélicas que participaram da disputa eleitoral. Mais da metade das postulantes com essa identidade religiosa (13) era casada, quatro se declararam divorciadas, três registram-se como solteiras e outras três não informaram seu estado civil. No que se refere ao nível de instrução, verificou-se que nove tinham completado o segundo grau, oito apresentavam o diploma do curso superior, quatro só concluíram o primeiro grau e uma não informou o grau de escolaridade. A categoria profissional mais mencionada foi a de empresária e produtora de espetáculos – três casos, em seguida vieram dona de casa, advogada, proprietária de estabelecimento comercial, cada uma delas com duas representantes. As ocupações de vendedora, técnica, servidora do estado, auxiliar de escritório, agente administrativo, oficial das forças armadas, profissionais de Letras e Artes e pensionista foram citadas uma única vez e pelo menos seis candidatas não informaram a profissão.

Grande parte das evangélicas (73%) optou pelos partidos conservadores e sujeitos à influência dos grupos religiosos, tal como o Partido Liberal, agremiação responsável pelo lançamento de cinco candidaturas femininas vinculadas às comunidades pentecostais e cuja presidência regional encontra-se sob a responsabilidade do Bispo Carlos Rodrigues da IURD. As demais se distribuíram entre o PRTB e o PGT, cada um com três; o PT do B com duas e o PFL, PSC, PPB, PMDB, PTN e PST, todos com uma única representante do sexo feminino de confissão evangélica. No espectro mais progressista apenas o PT e o PDT abrigaram candidaturas deste segmento social: no primeiro, identificamos três e no segundo, apenas uma postulante evangélica.

Das vinte e três candidaturas evangélicas, menos da metade (9) conseguiu espaço no Programa Eleitoral Gratuito, mas foram as duas que tiveram maior exposição à mídia televisiva (seis inserções cada uma) as que se elegeram: Verônica Costa e Lília Sá.⁹ E aqui alguns esclarecimentos devem ser feitos. Diferentemente da maioria das mulheres evangélicas que disputavam o pleito de 2000 sem o apoio oficial de suas igrejas, Lília Sá foi desde o início do processo eleitoral identificada como uma das representantes da Igreja Universal do Reino de Deus¹⁰. (Machado2001a)

Processo Eleitoral de 2000

Quadro I - Distribuição das candidaturas à Câmara Municipal por sexo

<i>CANDIDATURAS</i>	<i>ABSOLUTO</i>	<i>PERCENTAGEM</i>
<i>MASCULINAS</i>	<i>755</i>	<i>77,44%</i>
<i>FEMININAS</i>	<i>220</i>	<i>22,56%</i>
<i>TOTAL</i>	<i>975</i>	<i>100%</i>

Quadro II - Candidaturas evangélicas à Câmara Municipal por sexo

CANDIDATURAS	ABSOLUTO	PERCENTAGEM
MASCULINAS	64	65,6%
FEMININAS	23	26,21%
TOTAL	87*	100%

*Representa 8,9% de todos os candidatos.

Em trabalho anterior (Machado, 2000) sugerimos que o lançamento das mulheres pentecostais nas disputas eleitorais poderia ser uma estratégia das instâncias eclesiais para evitar as disputas internas e/ou em torno do poder religioso. A este respeito acrescentaríamos uma outra hipótese: a necessidade do pentecostalismo se adequar às tendências sociais seria um fator responsável pela transformação das mulheres em importantes atores sociais. Senão vejamos: identificamos quatro candidaturas femininas vinculadas ao grupo expoente do neopentecostalismo e constatamos pelo menos três mulheres filiadas à Assembléia de Deus, igreja paradigmática do pentecostalismo clássico. O uso de slogans como “*Rio, sou evangélica! Conto com seu voto*”, ou a simples menção ao cargo eclesial – pastora, missionária e obreira – na apresentação de várias candidatas indica a tentativa de conquistar os votos dos setores femininos dessa tradição religiosa.

A análise dos Programas Gratuitos de Propaganda Eleitoral bem como do material impresso distribuído aos eleitores durante a campanha, embora revele um reduzido número de candidaturas evangélicas comprometidas com os interesses específicos do segmento feminino, sugere novidades interessantes uma vez que a candidata Lilia Sá (PL) incorporou o tema da cidadania feminina na sua plataforma política. A articulação das identidades de gênero e de religião para conquistar os eleitores aparece tanto na divulgação eletrônica da candidatura, quanto no material impresso divulgado nos templos e ruas da cidade. Nas inserções televisivas e radio-

fônicas do Programa de Propaganda Eleitoral Gratuito, essa neopentecostal apresentava-se como “cidadã evangélica” e “mãe”, acrescentando sempre o slogan “*Fé para mudar*” utilizado já há alguns pleitos para identificar os candidatos da Igreja Universal do Reino de Deus. Na parte posterior de seu santinho encontramos o seguinte texto:

“O direito de votar para as mulheres brasileiras, foi uma conquista. O voto feminino não deve ser só mais uma opção para eleger candidatos masculinos. Significa para a mulher o dever e o prestígio de votar, ser votada e participar ativamente do processo político nacional, com direitos e deveres iguais aos dos homens. (...) Nas recentes eleições, felizmente, tem-se observado que donas de casa, profissionais liberais, comerciantes, representantes de associações, enfim, mulheres de todas as classes e bandeiras estão se conscientizando de que também são cidadãs plenas e têm muito a contribuir para o engrandecimento do seu bairro, município, estado e de seu país. É nessa fé que estou colocando minha vida a serviço do nosso povo. Sei que tenho muito trabalho a realizar, mas a mulher que tão bem tem sabido coordenar os afazeres de mãe, esposa e fiel construtora do lar, trabalhando fora para ajudar a manter a família, também é eficaz para cumprir o papel de pessoa pública a serviço da comunidade e, acima de tudo, a serviço de Deus. Vamos nessa força, tudo é possível a quem crê.” (Lília Sá, 2000)º.

Mas como explicar que uma candidatura neopentecostal privilegie a temática da condição feminina em sua agenda política? Antes de qualquer coisa, devemos esclarecer que a candidatura de Lília Sá vinha sendo preparada há algum tempo pelos dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus. Durante o ano de 1999, a candidata, por exemplo, atuou como apresentadora do quadro “Projeto Criança Rio Urgente” no programa *Nosso Tempo* da Rede Record e se tornou conhecida como a “empresária bem sucedida” preocupada com “o drama das crianças brasileiras” e das famílias dos menores desaparecidos. A partir desta experiência que associa a inserção nos meios de comunicação com as atividades filantró-

picas, foi construindo uma agenda que priorizava o social e enfatizava ora as crianças e adolescentes, ora a mulher. O sucesso desta estratégia, aqui interpretada mais como uma política da estrutura eclesial do que uma decisão individual da candidata, pode ser constatado quando examinamos os resultados do processo eleitoral e verificamos que a candidata foi a terceira mais votada entre os vereadores evangélicos.

Antes de uma análise mais detalhada do desempenho das pentecostais e neopentecostais nas urnas, é preciso esclarecer como uma candidatura sem engajamento ou mesmo diálogo direto com grupos feministas locais assimilou temas ligados aos movimentos de mulheres. De acordo com Sônia Alvarez (2000), uma das mais importantes tendências culturais e políticas da década de 90 foi absorção seletiva dos elementos “mais digeríveis” do imaginário político feminista por parte das organizações da sociedade civil, das instituições culturais, dos movimentos sociais e dos Estados no continente latino-americano. Nessa linha de interpretação, o processo de apropriação é marcado por “lutas culturais” sobre o significado de noções fundamentais dos movimentos feministas, como as de “cidadania”, “desenvolvimento”, “gênero” e “família” e as conseqüências do caráter parcial dessa apropriação e dessas disputas de sentido merecem um acompanhamento sistemático das feministas e dos estudiosos da cultura política brasileira (Alvarez; 2000: 398).

No caso da campanha política descrita acima, não temos dúvida alguma de que a absorção do tema da “cidadania feminina” implicou na elaboração de um novo significado que incorporasse os elementos religiosos e atenuasse os impactos revolucionários nos arranjos predominantes de poder entre os gêneros. De qualquer modo, a incorporação do tema por parte de uma candidatura feminina vinculada à IURD – denominação que oferece assessoria política aos seus representantes na disputa política – expressa no mínimo sensibilidade das lideranças neopentecostais com a cultura política dos movimentos sociais de caráter mais progressista. Seria agora importante avaliar o impacto desse discurso nos eleitores e no comportamento parlamentar dos evangélicos eleitos.

Entre os quarenta e dois vereadores encontram-se sete com identidade pentecostal: Verônica Costa – PL (36.961), Pastor Jorge Braz – PPB (29.275), Lília Sá – PL (26.081), Aloísio de Freitas – PTB (25.446)¹¹, Pastor Paulo Mello – PMDB (21.270) e Dr. Monteiro de Castro – PPB (20.983) todos vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus e o Pastor Edmilson Dias – PT (13.063) da Assembléia de Deus. Este dado indica a ampliação da bancada religiosa na câmara municipal, considerando que na legislatura de 1997-2000 apenas três parlamentares declaravam-se evangélicos, e mais, confirma a crescente participação dos pentecostais na arena política local, em particular, da Igreja Universal do Reino de Deus.

A redefinição gradativa do cenário político do Brasil, em especial, do Rio de Janeiro, também se expressa no aumento da representação feminina na Câmara Municipal dos Vereadores. Entre os eleitos (42) encontram-se oito mulheres¹² (19,04%) e pelo menos duas se declaram evangélicas¹³. Esses números expressam um crescimento de 60% em relação ao exercício da legislatura anterior e revelam a inovação da bancada evangélica, até então, representada somente por políticos do sexo masculino.

Resultado do Pleito de 2000

Quadro III - Distribuição dos vereadores por sexo

<i>ELEITOS / SEXO</i>	<i>ABSOLUTO</i>	<i>PERCENTUAIS</i>
<i>HOMENS</i>	<i>35</i>	<i>76,48</i>
<i>MULHERES</i>	<i>8</i>	<i>23,52</i>
<i>TOTAL</i>	<i>42</i>	<i>100</i>

Quadro IV - Distribuição dos evangélicos na Câmara Municipal por sexo

VEREADORES EVANGÉLICO / SEXO	NÚMERO ABSOLUTO
<i>Homens</i>	5
<i>Mulheres</i>	2
<i>Total</i>	7*

* 16,6% dos eleitos.

As estatísticas demonstram que, embora o segmento feminino permaneça sub-representado na câmara municipal, a proporção de mulheres entre os evangélicos eleitos é relativamente superior àquela registrada no universo total dos vereadores. Quando examinamos a votação atribuída aos evangélicos (323.758 votos) percebemos que 35% dos votos foram para as candidaturas femininas (84.157). A ausência de dados relativos à origem dos votos não nos permite verificar o peso da influência religiosa no resultado apresentado. E o caso da campeã de votos, Verônica Costa, sugere cautela nas conclusões, pois embora seja evangélica¹⁴ e tenha recebido orientação política do Bispo Carlos Rodrigues durante a disputa eleitoral, sua base eleitoral se situa muito mais nos setores jovens ligados ao movimento *funk* do que nos segmentos evangélicos.

De qualquer maneira quando analisamos a votação dos eleitos independentemente da confissão religiosa e segundo o sexo, verificamos que o percentual de votos concedidos às candidaturas femininas foi inferior (28,65%) ao registrado entre as mulheres evangélicas¹⁵. Estes dados demonstram a debilidade da tese de que os grupos pentecostais são mais opressores em relação às mulheres do que a sociedade inclusiva. Pelo menos no que tange a participação política, a posição tanto das estruturas eclesiais que lançaram e apoiaram candidaturas quanto dos eleitores que optaram pelo voto religioso, a discriminação em relação às mulheres não se mostrou maior do que no restante da população brasileira.

Um dado importante é que a expressiva votação das mulheres, especialmente das vereadoras Verônica Costa e Lilia Sá, estimu-

lou no Partido Liberal a criação, em dezembro de 2000, de um núcleo interno chamado “PL Mulher”, desde então, presidido pela vereadora e obreira da IURD: Lília Sá¹⁶. Essa nomeação juntamente com sua posterior eleição para o cargo de primeira vice-presidente da Câmara dos Vereadores, reforça, por um lado a tese da difusão das temáticas feministas pelas instituições e agremiações partidárias, por outro, a hipótese da crescente capacidade de influência da IURD na política local. Nesse sentido, lembramos ainda que Lília Sá lançou nos primeiros meses de seu mandato uma pequena publicação intitulada “Mulher” sintetizando o processo de construção da cidadania feminina no Brasil e oferecendo informações sobre os direitos garantidos nas legislações e os serviços de atendimento a mulher no Rio de Janeiro.

O monitoramento dos Diários da Câmara Municipal dos Vereadores aponta, contudo, para a ausência de projetos de lei que ampliassem a “cidadania feminina” tema de campanha da referida vereadora. Nos projetos e ementas de leis (29) apresentados em plenária, no período de janeiro de 2001 a julho de 2002, verifica-se uma ênfase nas questões sociais com destaque para os direitos da criança e adolescentes. Na realidade dentre os projetos apresentados na câmara municipal pelos pentecostais (223) identificamos apenas um, apresentado pelo vereador Paulo Mello, direcionado ao segmento feminino. O reduzido período de acompanhamento do exercício legislativo impõe certa prudência nas generalizações e conclusões apresentadas, mas a falta de empenho da vereadora Lília Sá em propor leis que melhorem as condições de vida das mulheres pode ser sinal de um uso pragmático ou oportunista das bandeiras mais progressistas com fins eleitoreiros. Essa hipótese, no entanto, só poderá ser testada com o acompanhamento de sua atuação na legislatura atual.

“Eu sou PTcostal”: a articulação da religião com a política-partidária

Embora a identidade religiosa não tenha sido o principal recurso social na construção da liderança política de Benedita da Silva (60 anos), não podemos ignorar a afinidade da candidata à Prefeitura do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT)

com segmentos pentecostais e o uso eleitoral da sua inserção no universo evangélico na disputa de 2000¹⁷. Examinemos, ainda que brevemente, sua participação nos movimentos sociais e a constituição de sua liderança entre os segmentos desfavorecidos da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo seu depoimento, o engajamento em movimentos populares ocorreu ainda na década de 60 a partir do trabalho desenvolvido pela Igreja Católica no morro Chapéu Mangueira localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Em poucos anos se tornou uma importante líder comunitária, sendo responsável, dentre outras coisas: pela organização de mulheres e crianças em projetos de alfabetização, pela criação dos comitês de favela que reivindicavam melhores condições de moradia e saneamento básico, pela fundação do Movimento de Mulheres de Favela, pela criação da Federação das Favelas do Rio de Janeiro.

A liderança extrapolou os limites da comunidade geográfica e religiosa a partir de 1980 quando se filiou ao nascente Partido dos Trabalhadores e passou a ter uma efetiva militância política. A passagem dos movimentos sociais para a política partidária não se deu sem tensões. Afinal segundo Benedita, desde 1982 quando disputou sua primeira eleição para Câmara dos Vereadores, percebeu que tanto a liderança de sua igreja – Assembléia de Deus – não via com bons olhos sua opção política, quanto os dirigentes locais do PT, resistiam frente a sua filiação ao grupo pentecostal.

“[...] eu não fui apenas a 1ª mulher negra, da favela, a entrar na disputa representando o PT. Eu fui a 1ª assembleiana, entendeu? E foi extremamente difícil a compreensão da igreja. Primeiro em relação ao partido que eu estava. Segundo em relação ao meu envolvimento. Realmente com medo que eu me perdesse e que a política era uma coisa que não era boa. Quer dizer, a igreja tinha ainda uma visão muito tradicional, conservadora em relação à política. Era muito arraigado aquele fato de que a política não é uma coisa boa, mas sim, uma coisa ruim. E a política é uma coisa muito importante, é um instrumento da democracia. Então quando falávamos a respeito de participar partidariamente, também existia uma certa preocupação, não só a preocupação de você estar participando da política, como também uma preocupação com o partido no qual cada um de nós estivesse

inserido [...] Era uma coisa incrível que eu passava. Porque a igreja me cobrava porque eu era do PT e aí, me cobrava colocando que esse não era um partido porque era um partido comunista, um partido de esquerda, era um partido que não crê em Deus e eu digo, um partido não precisa crer em nada só na proposta dele, quem tem que crer é a gente. Colocava isso e no interior do partido existia o fato que eu era evangélica e por isso, não era tão revolucionária e tão socialista. Fiquei com esse estereótipo de ser do PT, da ala da direita do PT que as pessoas ouvem por aí...”

Com apoio do grupo Articulação – tendência hegemônica no PT – foi ampliando sua liderança política e foi eleita deputada federal em dois pleitos consecutivos. No ano de 1992 disputou as eleições para Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e sofre sua primeira derrota para o candidato César Maia. Em 1994 consegue uma cadeira no Senado Nacional onde atuará até o ano de 1998 quando seu nome é indicado para compor a chapa de Anthony Garotinho na disputa pelo poder executivo do Estado do Rio de Janeiro. Fruto de uma difícil negociação com as tendências locais do PT, que defendiam uma candidatura própria para o executivo do estado, a aliança foi traçada pelo grupo Articulação e pela direção nacional do partido na expectativa do futuro apoio do PDT à candidatura petista à prefeitura da capital.

Eleita vice-governadora conseguiu no primeiro ano de gestão manter sob seu controle a Secretária de Ação Social e Cidadania indicando seu marido, Antônio Pitanga, para direção daquele órgão estadual. E tentou desenvolver e implementar programas sociais que pudessem ampliar a sua força política na capital do Estado. Contudo, a aliança partidária seria rompida antes do processo eleitoral com a saída dos representantes do PT dos cargos políticos no governo Garotinho e a passagem da Secretária de Ação Social para as mãos da primeira dama – Rosinha Mateus.

Na regional do Partido dos Trabalhadores intensificaram-se, entretanto, as críticas a atuação política de Benedita da Silva, particularmente o seu esforço de ampliar a base evangélica na agremiação partidária. A proximidade com o Pastor Everaldo Dias, presidente do Comitê Evangélico e responsável pela implementação do programa cheque-cidadão¹⁸, fez com as suspeitas de uso

do projeto social com fins eleitorais e de corporativismo religioso em favorecimento aos setores populares evangélicos reforçassem as críticas das tendências divergentes no interior do partido. A escolha de seu nome para representar o PT na disputa pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2000 foi conturbada e marcada por denúncias de irregularidade e manobras de última hora como afiliações apressadas de evangélicos que teriam votado nas prévias partidárias.

Com o slogan “*Bota Fé no 13*”, a política evangélica iniciou a campanha eleitoral – Frente Rio Gente (PT e PC do B) – à Prefeitura do Rio de Janeiro apostando, por um lado no voto útil da esquerda como uma estratégia para viabilizar o confronto ideológico no segundo turno com o representante das forças conservadoras afinadas com o modelo neoliberal de política implementado por Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, apostou na influência da esfera religiosa na definição dos votos evangélicos, investindo maciçamente nos contatos com os líderes religiosos, na participação em celebrações e nas visitas às comunidades confessionais.

É importante salientar que essa estratégia política foi adotada também pelo pefelista Luís Paulo Conde e petebista César Maia e deve ser interpretada como resultado do crescimento dos evangélicos no Estado e no fortalecimento político dos grupos pentecostais e neopentecostais em todo o país. A condição do voto secreto não nos possibilita vislumbrar a quantidade real dos votos evangélicos destinados à candidata Benedita da Silva, que terminou o primeiro turno em terceiro lugar com 733.693 votos. Contudo, devemos considerar a importância desses votos na configuração da pequena margem de diferença (13.439 votos) em relação ao número de votos conquistados pelo petebista César Maia (747.132) que, no segundo turno, foi escolhido Prefeito da cidade do Rio de Janeiro com o apoio de vários dos grupos evangélicos que estiveram ao lado de Benedita da Silva na primeira fase do pleito.

Certamente a derrota da candidata petista não se explica apenas em função do comportamento eleitoral dos evangélicos, expressando entre outras coisas as dificuldades do seu grupo em superar as divergências dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. Aqui, entretanto, concentraremos no universo evangélico le-

vantando alguns pontos e hipóteses que possam nos ajudar a compreender a performance de Benedita da Silva no pleito de 2000. Uma primeira e importante constatação é a heterogeneidade de interesses e o pragmatismo político dos grupos que compõem o universo evangélico. As alianças estabelecidas, ainda no primeiro turno com os três principais candidatos ao executivo, César Maia (PTB), Luís Paulo Conde (PFL) e Benedita da Silva (PT) indicam que a fragmentação na seara teológica encontra um paralelo na esfera política com a pluralidade de interesses dos grupos evangélicos. Das denominações cujos integrantes participaram mais ativamente do processo político, a liderança religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus foi a única que se mostrou unida em torno da candidatura do PTB, pois os dirigentes da Assembléia se dividiram em relação às candidaturas de Benedita e Conde¹⁹.

E aqui passamos para uma segunda questão: o peso da identidade religiosa na definição do apoio da liderança confessional. Benedita da Silva era a única evangélica entre os candidatos e, embora a identidade religiosa não tenha sido o recurso social mais importante na construção de sua liderança política, seus vínculos com a Assembléia e a Igreja Presbiteriana e sua afinidade com as outras igrejas evangélicas foram enfaticamente assinalados nos eventos religiosos em que participou durante a disputa de 2000. A dificuldade de construir um consenso entre os líderes religiosos pode advir de sua identidade partidária, mas pode estar relacionada também ao fato de ser uma mulher que há muitas décadas transita para além dos limites da comunidade religiosa e questiona o sexismo de seus irmãos de fé.

Se relembarmos a trajetória política da candidata Benedita da Silva iremos perceber a forte característica que vêm definindo suas campanhas eleitorais: sua auto-afirmação como Mulher, Negra e Favelada. A recorrente menção a esses atributos sociais nos sugeria a existência de propostas políticas para o segmento feminino que, como já assinalamos, constitui a base social dos grupos pentecostais. Vejamos, portanto a plataforma política da candidata evangélica.

A análise dos temas explorados nos dez programas eleitorais gravados no período de 21 de agosto a 27 de setembro demonstra que o combate à exclusão social foi o eixo da campanha de Bene-

dita da Silva, articulando as propostas de acesso básico a educação, saúde, transportes, meio ambiente, saneamento, moradia e segurança para os grupos populares. No que se refere aos interesses específicos do segmento feminino, identificamos uma única proposta na linha da saúde que consistia na reativação do Hospital Olivério Cremer com vistas à criação do Instituto da Mulher e a implantação efetiva do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher no âmbito municipal. Proposta, diga-se de passagem, oriunda das articulações do Partido dos Trabalhadores com Movimento Feminista do Rio de Janeiro.

O pequeno espaço reservado às questões de gênero, e, particularmente, aos temas femininos, foi justificado pela candidata como uma estratégia de campanha. Segundo suas palavras:

“(...) Se eu sair com uma campanha só de mulher negra não vou me eleger, porque eu tenho a consciência que vivo numa sociedade que ainda é preconceituosa, que tem racismo e quando você levanta pura e simplesmente essa bandeira, ela acha que você está querendo ser eleita para fazer uma revanche. (...) E nunca me elegeria com uma bandeira pura e simplesmente da mulher, porque sempre acham o seguinte: nós mulheres vamos tomar conta e vamos tirar o emprego do homem. Então como inserir propostas direcionadas às mulheres? Eu insiro naturalmente, dentro de um contexto. O que eu tenho de proposta para o legislativo? Se for leis, vão estar dentro das leis que eu vou estar trabalhando. Por exemplo, na Assembléia Nacional Constituinte, eu trabalhava a reforma agrária como um todo e a questão da titulação feita pelas mulheres, porque a mulher não tinha direito a titulação das terras. (...) Não diluí. Foi estratégico, para avançar nessas conquistas. Na área de saúde você vai defender o SUS. O que envolve o SUS? A saúde da mulher não só voltada para a procriação e para a maternidade. Essa questão de gênero é fundamental na área da saúde. (...). Não deixamos de tratar do macro e não diluiu-se a questão específica dentro de uma questão geral. Você também tratou das questões específicas” (Entrevista com Benedita da Silva, 2001)

Certamente, a disputa pelo executivo exige do candidato uma plataforma política ampla o suficiente para atrair os diferentes segmentos da sociedade. Mas não justifica a debilidade das propostas com relação aos interesses femininos. Elaborado coletivamente o Programa de Governo é sempre expressão do embate de interesses dos distintos segmentos que integram a agremiação partidária – homens, mulheres, brancos, negros, católicos, evangélicos, etc. Assim, a reduzida atenção aos temas que compõem a cultura política dos movimentos de mulheres deve ser um reflexo da correlação de forças existente no Partido dos Trabalhadores, que nestas eleições se expressou, inicialmente, na conflituosa escolha da candidata para disputar o cargo de Prefeita da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2000.

Considerações finais

Apresentamos nesta comunicação resultados parciais da pesquisa sobre a participação das representantes evangélicas na disputa majoritária e proporcional na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, cabe lembrar o uso diferenciado da identidade religiosa por parte das candidatas evangélicas na busca do voto. Com uma trajetória política consolidada, a candidata ao poder executivo, Benedita da Silva privilegiou sua inserção social em movimentos populares e sua experiência política, acionando sua vinculação religiosa apenas nos eventos evangélicos. Entretanto, a maioria das candidatas dessa tradição religiosa que disputava uma cadeira na câmara municipal empregou a identidade evangélica como recurso social na sua apresentação junto aos eleitores.

Não constatamos diferenças significativas entre as propostas e estratégias políticas adotadas pelas candidaturas femininas e masculinas para o legislativo. Os evangélicos, de modo geral, priorizam as questões religiosas e expressam um certo corporativismo no que se refere ao seu segmento religioso. Pouquíssimas foram as propostas direcionadas para o setor feminino e a vereadora Lilia Sá foi a que mais explorou o tema da mulher em seu material de campanha. As questões relacionadas à saúde da mulher parecem ser as mais facilmente assimiláveis entre os atores religiosos independentemente da identidade de gênero.

A reconfiguração gradual do sistema de representação de interesses se expressa no crescimento da participação feminina na disputa proporcional para a câmara municipal, bem como nos permite vislumbrar o processo de redução dos limites impostos a inserção das mulheres evangélicas no âmbito político. Especialmente em relação a este universo, torna-se imprescindível salientar que, embora, a presença feminina seja hegemônica nessas comunidades confessionais e seus interesses permaneçam sub-representados no legislativo municipal, a discriminação em relação a participação política das mulheres entre os evangélicos não é maior do que aquela encontrada no conjunto da população do Rio de Janeiro. E, mais entendemos a flexibilização da cultura sexista desses grupos como expressão: a) de um impacto indireto do movimento feminista sobre a esfera religiosa e b) do desdobramento da política pragmática das lideranças evangélicas.

Sem sombra de dúvida, a participação das mulheres brasileiras no jogo político partidário-eleitoral é um fenômeno de extrema importância na revisão das desigualdades de gênero que permeiam as diversas instâncias da sociedade. Mas como mostram os primeiros estudos sobre a política de cotas no Brasil, estimular o lançamento de candidaturas femininas nos processos eleitorais não tem sido suficiente para ampliar a participação das mulheres nas esferas do legislativo e do executivo. Torna-se fundamental a elaboração de agendas políticas e a apresentação de projetos de lei comprometidos com os interesses específicos deste setor social. E, no primeiro ano de legislatura percebemos pouca disposição das evangélicas eleitas nesse sentido.

Notas

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

¹ Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC na pesquisa “Os evangélicos na disputa política do Rio de Janeiro: interesses materiais e ideais em jogo” .

² A deputada tem 61 anos, é advogada e fez curso de pós-graduação em processo civil. Ex-vereadora da cidade de Duque de Caxias e da cidade do Rio de Janeiro, foi eleita deputada estadual pela primeira vez em 1994 e reeleita em 1998.

³ A deputada tem 45 anos, é assistente social, exerceu dois mandatos como vereadora da cidade de Macaé, um como deputada estadual (1995/1999) e foi eleita para o Congresso Nacional no pleito de 1998.

⁴ Segundo a pesquisa Novo Nascimento (Fernandes, 1998), mais de 70% dos evangélicos pertencem às igrejas pentecostais e neopentecostais.

⁵ *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 2001, página 10. De acordo com as estatísticas, enquanto em 1998 apenas 35% dos eleitores afirmavam exercer espontaneamente o direito ao voto, hoje este percentual é de 44,3%, verificando-se um aumento de 8,4% atribuído ao segmento feminino.

⁶ É possível que o comprometimento com a metodologia quantitativa não tenha favorecido o diálogo com tais perspectivas, contudo a investigação da cultura política brasileira se enriqueceria muito com uma postura mais interdisciplinar dos estudiosos

⁷ Essa identificação foi feita a partir do material de campanha dos candidatos; da apresentação dos candidatos no programa eleitoral gratuito; entrevistas com lideranças evangélicas; visitas aos comitês evangélicos das agremiações partidárias; consultas às principais igrejas evangélicas, etc.

⁸ Analisando os impactos da política de cotas no Brasil, Clara Araújo (2001,p. 233) lembra que a adesão partidária às ações afirmativas “não vem ocorrendo apenas em razão de possíveis princípios ideológicos ou de efetivos compromissos feministas. Em parte, são imperativos pragmáticos, voltados para ganhos eleitorais imediatos que movem tais iniciativas”.

⁹ Sabemos, entretanto, que o sucesso eleitoral dos candidatos evangélicos depende muito menos desse espaço de propaganda do que do trabalho efetivo junto às comunidades religiosas. (Machado, 2001a)

¹⁰ Segundo Oro (2001), com um modelo de governo verticalizado e centralizador, essa denominação pentecostal definiu os candidatos que apoiaria e trabalhou intensamente para elegê-los.

¹¹ Ainda no primeiro ano de legislatura o vereador Aloísio Freitas se indispôs com os demais vereadores da IURD. Posteriormente migrou do PTB para o PFL.

¹² São elas: Rosa Fernandes e Leila do Flamengo (PFL), Lucinha (PSDB), Eliana Ribeiro e Patrícia Amorim (PMDB), Jurema Batista (PT), Verônica Costa e Lília Sá (PL), ambas representantes do segmento evangélico no poder Legislativo.

¹³ Ver o perfil das vereadoras no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro: <http://www.camara.rj.gov.br>

¹⁴ Segundo o vereador e Pastor Monteiro de Castro ela é da Igreja Universal do Reino de Deus.

¹⁵ Para uma análise da competitividade eleitoral das candidaturas femininas no Brasil ver Araújo(2001).

¹⁶ Cabe lembrar que a direção regional do PL encontra-se sob a responsabilidade do deputado federal Carlos Rodrigues, bispo da igreja da vereadora Lília Sá: a Universal do Reino de Deus. O monitoramento do *Jornal Folha Universal*, durante o ano de 2001, indica que representantes evangélicas do PL foram eleitas em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro: vereadoras Aparecida Domingos (Niterói), Beatriz Santos (São Gonçalo) e Vilma dos Santos (Angra dos Reis).

¹⁷ Para uma discussão sobre mecanismos e modalidades de reconversão dos diferentes recursos sociais em posições político-eleitorais ver Coradini(2000).

¹⁸ Pastor da Assembléia de Deus, Everaldo Dias ficou a frente do Programa Cheque-cidadão até julho de 2001 e acumulava essa função com a do subsecretário do Gabinete Civil do Governador Anthony Garotinho.

¹⁹ Segundo a Folha de São Paulo, os evangélicos representariam 1 milhão dos 4,3 milhões de eleitores do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, S. E. “A globalização dos feminismos latino-americanos”. IN: ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte, Editora UFMG. (pp.383-426). 2000
- ARAÚJO, Clara.(2001) “Potencialidades e limites da política de Cotas no Brasil”. In *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, p.167-206, CFH/CCE/UFSC, Santa Catarina.
- CASTRO, M.M.M. “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.20 Julho. São Paulo. ANPOCS. (pp.26-30). 1992
- CORADINI, O L. *Em nome de Quem? Recursos Sociais no recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, Núcleo de Antropologia Política. Coleção Antropologia da Política 11. 2000
- FERNANDES, Rubem César. *Novo Nascimento*. Rio de Janeiro, ISER/Maud. 1998
- FRESTON, Paul.“Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment”. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1993
- GREGORI, Maria Filomena “Estudos de Gênero no Brasil (comentários críticos). In *O que ler na ciência social brasileira –Sociologia – 2*, São Paulo: Editora Sumaré. ANPOCS, 1999.
- GROSSI, Miriam & MIGUEL, S.M. “Transformando a diferença: as mulheres na política”. In *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, p.167-206, CFH/CCE/UFSC, Santa Catarina,2001
- HEILBORN, Maria Luíza & SORJ, Bila “Estudos de Gênero no Brasil”. In *O que ler na ciência social brasileira –Sociologia – 2*, São Paulo: Editora Sumaré. ANPOCS, 1999.
- MACHADO, Maria das Dores Campos “Além da Religião”. In *Cadernos CERU*, Série 2- n°12, USP, São Paulo, p.139-150. 2001
- MACHADO, Maria das Dores Campos. “Religião e Política: Evangélicos na disputa eleitoral do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, Fortaleza, 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. "Mulheres e relações de poder em movimentos religiosos contemporâneos". Trabalho apresentado no Seminário A Questão Social em Quinhentos Anos, Rio de Janeiro, UFRJ, 2000, no prelo.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Os efeitos da adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: ANPOCS, 1996.

MAFRA, Clara. "Gênero e estilo eclesial entre os evangélicos" In FERNANDES, R.C. *Novo Nascimento*. Rio de Janeiro, ISER/Maud. 1998.

ROGRIGUES, A. "Mulheres: Movimentos sociais e Partidos políticos". CFEMEA, Brasília. Disponível em <http://www.CFEMEA.org.br>. 2001.a

ROGRIGUES, A. "Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas". CFEMEA, Brasília. Disponível em <http://www.CFEMEA.org.br>. 2001.b

PIERUCCI, Antônio Flávio "Os representantes de Deus em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte". In *Ciências Sociais Hoje*, 1989.

PIQUETE, L. "Cultura Cívica e Participação Política entre os Evangélicos". In FERNANDES, R.C. (1998) *Novo Nascimento*. Rio de Janeiro, ISER/Maud. 1998